



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

Resposta à interpelação escrita apresentada pela Sr.ª Deputada à Assembleia Legislativa, Kwan Tsui Hang

Em cumprimento do despacho do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita da Sr.ª Deputada Kwan Tsui Hang, de 27 de Junho de 2014, enviada a coberto do Ofício n.º 587/E481/V/GPAL/2014 da Assembleia Legislativa, de 4 de Julho de 2014 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 7 de Julho de 2014:

O Governo da RAEM dá grande importância aos problemas relacionados com a habitação dos residentes, nesse sentido para criar um mecanismo de salvaguarda a longo prazo da habitação, definiu os objectivos dos trabalhos nas diversas fases, que visam manter um equilíbrio a longo prazo entre a habitação pública e o mercado privado, com vista a responder às aspirações das diferentes camadas sociais. No entanto, devido à limitação dos recursos de solos de Macau, a população tem prestado atenção aos recursos de terrenos residenciais, a definição da política futura de habitação pública deve articular de forma mútua com o aproveitamento dos recursos de terrenos.

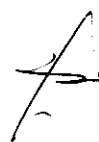
De modo a criar o mecanismo de salvaguarda a longo prazo da habitação, o Governo já definiu os objectivos dos trabalhos a curto, médio e longo prazo. Em relação às medidas a curto prazo, anteriormente, actualizou ainda o limite



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

máximo do rendimento para a candidatura a habitação económica, abrindo o concurso para diferentes tipologias de habitação económica, com o objectivo de apoiar os residentes locais que não têm capacidade de compra de habitação no mercado privado para a aquisição de habitação. Simultaneamente, o Governo promove de forma estável o desenvolvimento de habitação pública, através da concretização rápida de construção de habitação pública, após o projecto de construção das dezanove mil habitações públicas já iniciou a construção do Edifício do Bairro da Ilha Verde, Edifício Fai Ieng, Edifício Cheng Tou, Edifício Iat Fai e o empreendimento de habitação social situado na Estrada Nordeste da Taipa. O Governo também irá reservar terrenos adjacentes do novo acesso entre Guangdong e Macau para a construção de cerca de 1 400 fracções de habitação pública.

Por outro lado, o Governo ultimamente divulgou ao público, que irá proporcionar reserva de terrenos para a construção de habitação pública com mais de 4 400 fracções. Em 4 parcelas de terrenos localizadas, respectivamente, na Doca Lam Mau e no centro da Taipa, podem ser desenvolvidas ao curto prazo. De acordo com uma estimativa preliminar, podem ser construídas cerca de 400 fracções. Actualmente, está-se a proceder aos trabalhos preliminares de planeamento. Na sede da central térmica localizada na Rua dos Pescadores e no terreno afecto a estacionamento a Leste da Piscina Olímpica, na Rua do Desporto, Taipa, prevê-se que possam ser construídas cerca de 2 000 fracções. Noutro





澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

terreno situado na Taipa, prevê-se que possam ser construídas cerca de 2 000 fracções. Entretanto, os terrenos acima referidos só podem avançar para a fase de construção depois de terminarem os procedimentos legais e os respectivos trabalhos preparatórios.

A longo prazo, na sequência de decisão do Governo da RAEM de reserva de terrenos para a construção de habitação pública nos Novos Aterros Urbanos, o Governo já divulgou que os terrenos afectos a finalidade habitacional da Zona A, sobretudo habitação pública, reservando construir cerca de 28 000 fracções de habitação pública, no sentido de melhor salvaguardar a oferta de forma ordenada de habitação pública de Macau e articular com as necessidades do futuro desenvolvimento da política de habitação. Poderá gradualmente iniciar-se em finais de 2019 a recepção das candidaturas das primeiras fracções de habitação económica. Quanto à caducidade dos processos de concessão referentes a todos os terrenos não aproveitados, estes terrenos terão como prioridade a construção de habitação pública, após concluídos os respectivos procedimentos.

Além disso, o Governo acabou de concluir a consulta pública sobre o “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau”. Actualmente, está a proceder à análise e compilação das opiniões recolhidas na consulta. A concepção deste plano é uma medida complementar, que tem como destinatários principais os residentes de Macau com rendimento superior ao limite máximo do

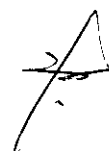




澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

rendimento de habitação económica, mas sem capacidade de aquisição de habitação no mercado privado, e os residentes com capacidade de aquisição de habitação económica, que desejam elevar o ambiente de habitação, mas são incapazes de acompanhar a subida dos preços da habitação no mercado privado. Este Plano a longo prazo, formará com o mercado privado e a habitação pública (habitação social e habitação económica), um quadro de oferta de habitação em quatro níveis, proporcionando aos residentes mais uma opção de aquisição de casa própria, conforme as suas capacidades económicas.

Sobre o assunto do regime de espera de habitação económica, desde a publicação e implementação da Lei da habitação económica, foram apresentadas muitas opiniões e sugestões pelos vários sectores da sociedade respeitantes ao regime previsto nesta lei e às situações encontradas no processo de execução, às quais o Governo tem prestado sempre atenção, tendo efectuado estudos sobre as respectivas propostas de soluções e medidas adequadas de actuação, já desencadeou os trabalhos de revisão sobre a Lei da habitação económica. A revisão global da Lei da habitação económica será promovida em duas fases, na primeira fase, tem realizado uma consulta pública sobre as alterações ao conteúdo nuclear e ao regime principal da Lei da habitação económica, bem como os temas relativos ao regime de habitação social e à política de habitação pública, com o objectivo de ouvir amplamente as opiniões dos diversos sectores sociais; na segunda fase, de acordo com as opiniões e sugestões recolhidas, irá apresentar,





澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

até ao final deste ano, uma proposta concreta sobre a revisão global dos regimes jurídicos das habitações económicas e sociais para realizar de novo uma consulta pública e iniciar os trabalhos de revisão legislativa com base no resultado das opiniões finais.

Quanto aos temas quentes discutidos na sociedade sobre o sistema de pontuação e ordenação na lista de espera, graduação e sorteio informático ou a percentagem de distribuição pelos candidatos individuais, o Governo está totalmente disponível para auscultar as várias opiniões. Actualmente, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e o Instituto de Habitação estão a realizar a consulta sobre a revisão da Lei da habitação económica, apresentaram diferentes conteúdos no respectivo texto, as diversas classes da sociedade têm as suas ideias, como existem os prós e os contras nos diferentes regimes, o Governo deseja que possa recolher amplamente as opiniões sociais e analisar profundamente, através da consulta, a fim de aperfeiçoar de forma global a política de habitação pública e os respectivos regimes.

O Presidente do IH, Subst.º,

Leong Kam Wa

07 de agosto de 2014